

# A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA PERSPECTIVA DA RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO\*

Xisto Serafim de S. de SOUZA JÚNIOR\*\*

Carlos Roberto LOBODA\*\*\*

Valéria Cristina Pereira da SILVA\*\*\*\*

Adeir Arcanjo da MOTA\*\*\*\*\*

**Resumo:** O texto ora apresentado consiste numa tentativa de promover uma reflexão acerca de como vem sendo efetivada a relação espaço-tempo enquanto método de análise. Tal fator tem levado os geógrafos a evidenciar um “novo” desafio: analisar as superposições da relação espaço-tempo enquanto meio para compreender os elementos determinantes no processo de produção do espaço, os quais são diretamente influenciados pela superposição de interesses políticos, econômicos, culturais e ideológicos. Outrossim, evidenciamos que as análises presentes nesse texto são apresentadas mais no sentido de estimular uma releitura sobre a relação espaço-tempo do que propriamente fornecer modelos analíticos pré-estabelecidos sobre esta relação.

**Palavras-chave:** Produção do espaço; espaço-tempo; ordenamento sócioespacial.

**Resumen:** El texto que se presenta a continuación consiste en un intento de promover una reflexión acerca de cómo viene siendo abordada la relación espacio-tiempo encuaneto método de análisis. Tal factor ha llevado a los geógrafos a evidenciar un “nuevo” desafio: analizar las superposiciones de la relación espacio-tiempo en tanto medio para comprender los elementos determinantes en el proceso de producción del espacio, los cuales son directamente influenciados por la superposición de intereses políticos, económicos, culturales e ideológicos. Igualmente, se destaca que los análisis presentes en el texto son formulados más en el sentido de estimular la re-lectura sobre la relación espacio-tiempo, que en el de proveer modelos analíticos preestablecidos sobre esta relación.

**Palabras-clave:** Producción del espacio; espacio-tiempo; ordenamiento socio-espacial.

## 1. Introdução

Não é de hoje que a análise das relações espaço e tempo têm despertado o interesse dos profissionais que se dedicam ao estudo da produção sócio-espacial. De fato, tanto no campo teórico como no metodológico, existem importantes contribuições que apontam, direta ou indiretamente, para a análise dessa interface.

No caso da geografia o desafio se torna ainda mais evidente. A dificuldade de encontrar subsídios que ratifiquem, de fato, o espaço enquanto objeto de estudo (o que é evidenciado pela falta de consenso ao longo do seu processo de sistematização) contribui com a diversidade de propostas do estudo da relação espaço-tempo. Por outro lado, a própria complexidade inerente na definição da variável tempo nos remete a um aprofundamento de tais estudos.

Embora as últimas décadas tenham apontado um certo avanço no que diz respeito à busca por parâmetros que identifiquem as intercessões desses conceitos, os chamados estudos da geohistória ou história das localizações, estes ainda são abarcados de forma isolada sendo concebidos enquanto categorias dependentes, porém, não sobrepostas.

Nesse sentido, iniciamos esta análise convidando o leitor a conhecer um pouco mais sobre as contradições e convergências evidenciadas no espaço geográfico. É importante deixarmos evidenciado que não temos a pretensão realizar um resgate teórico-metodológico sobre a temática em questão, tendo em vista a trajetória da produção científica a respeito da mesma, mas os laços que norteiam a relação

---

\* Texto originado de um trabalho acadêmico realizado na disciplina “o tempo, o espaço e o território: uma questão de método”, ministrada pelo Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet, (2005) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP/PP.

\*\* Doutorando, PPGG/FCT/UNESP, bolsista CNPq, xtojunio@yahoo.com.br.

\*\*\* Doutorando, PPGG/ FCT/UNESP, bolsista CAPES, crloboda@yahoo.com.br.

\*\*\*\* Doutoranda, PPGG/ FCT/UNESP, vpcsilva@hotmail.com.

\*\*\*\*\* Mestrando/ UEM, arcanjogeo@hotmail.com.

entre o espaço-tempo na análise da produção do espaço, identificando suas contradições e complementaridades.

Conscientes de que o presente texto não se volta para uma abordagem finalista dessas relações, especialmente por conta da complexidade inerente a mesma, nos dispomos apenas a dar continuidade a um debate que sem dúvidas está cada vez mais presente em nosso meio científico e o qual necessita de reflexões cada vez mais sistemáticas.

Para isto, dividimos a análise em quatro partes, além da introdução e considerações finais: Na primeira, buscaremos analisar a concepção de espaço, sua reprodução e relação com o tempo. Em seguida, nos propomos a seguir pelo sentido inverso, de forma a identificar possíveis lacunas e limitações criadas quando se analisa o espaço, nos propomos, assim, a identificar os fundamentos da categoria tempo e seu reflexo na produção do espaço. Na terceira parte tentaremos evidenciar as contradições inerentes a esta relação para em seguida finalizarmos identificando os elos que possibilitam a conexão entre ambas, os quais se relacionam aos eventos e seus movimentos diacrônicos e sincrônicos.

## **2. O espaço: da sua concepção a sua reprodução associada ao tempo**

A complexidade inerente ao termo espaço e as próprias variedades de definições e conceitos utilizados para identificação de suas particularidades, dependem do ponto de vista e da perspectiva teórico-metodológica assumida para compreendê-lo. No entanto, uma coisa interliga as diversas concepções existentes: o vínculo deste com a categoria tempo.

Isto é evidenciado na própria concepção filosófica de Kant (1772-1804) que entendia o espaço como elemento indispensável à compreensão da realidade, associando-o, assim, a uma condição de experiência dos objetos relacionados diretamente ao estudo da Geografia.

Contudo, do surgimento da Geografia como ciência moderna no século XIX e sua sistematização, por Humboldt e Ritter, até os debates realizados em meados do século XX, o espaço não era considerado conceito-chave. De fato, este aparece, nos escritos da denominada geografia tradicional, geralmente adjetivado, a exemplo do conceito de **espaço vital** de Ratzel – o qual se aproxima da concepção de território e sua relação com a política e o poder; bem como o espaço absoluto (sem movimento), nas formulações de Hartshorne (SPOSITO, 2004).

Neste período, os geógrafos se preocupavam com as formas espaciais, voltando sua atenção à descrição da aparência dos objetos e de suas relações cristalizadas, anulando a dinâmica histórica, ou seja, as temporalidades que estão diretamente relacionadas à essência dos mesmos, suas conexões e inter-relações ao longo do tempo.

Foi, contudo, a partir da segunda metade do século XX que o conceito de espaço passou por mudanças em sua concepção ao ser enraizado enquanto objeto de estudo da geografia, devido ao relacionamento dos estudos geográficos com a sociologia e a percepção. Nesse contexto, o conteúdo passou a ter tanta importância quanto à forma, na qual o homem passa a ser concebido como sujeito do espaço, ao se propor a interferir diretamente em seu planejamento e reestruturação.

Contudo, concordamos com Sposito (2004), quando este considera que a contribuição mais polêmica para a transformação do conceito de espaço foi a fornecida pela chamada geografia crítica, a qual teve suas raízes em autores como Henri Lefebvre, Milton Santos, Horácio Capel, entre outros, que passaram a fornecer importantes contribuições acerca do debate sobre a concepção do espaço.

De acordo com Corrêa (1995, p. 23), Lefebvre conceitua o espaço como o “lôcus da reprodução das relações de produção”, não como o ponto de partida (espaço absoluto), nem como o ponto de chegada (espaço como produto social). Já Santos (1997) chama a atenção dos geógrafos para a importância do espaço e de sua relação com a sociedade, evocando a necessidade de compreender a dinâmica deste através dos movimentos: responsáveis diretos pelo caráter metamorfoseador do espaço. Para o autor,

se a geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem (SANTOS, 1997, p. 81).

Nessa perspectiva, Santos nos fornece um significado de espaço mais abrangente, pois o intercala em sua indissociabilidade com o tempo, através dos eventos e dos movimentos em sua totalidade que compreende as seguintes categorias analíticas: “a paisagem, a configuração territorial, a divisão

territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo” assim como os debates dos problemas com os recortes espaciais: “da região e o do lugar; o das redes e das escalas” (SANTOS, 1997b, p. 19). Para Santos (1997, p. 77),

a evolução que marca a etapa do processo de trabalho e das relações sociais marca, também, as mudanças verificadas no espaço geográfico, tanto morfológicamente, quanto do ponto de vista das funções e dos processos.

Outra contribuição expressiva para a discussão sobre o espaço nos é fornecida por Silva (1991, p. 19), que analisando a essência do espaço geográfico através da dialética, afirma que:

o espaço é produzido pelas relações sociais subordinadas ao modo de produção que sustenta a sociedade – sua infra-estrutura econômica, a partir da qual se erguem as superestruturas ideológicas, políticas, jurídicas, culturais, etc.

O espaço geográfico capitalista é o espaço das classes sociais, incluindo aí a lógica contraditória inerente a esse modo-de-produção, que aparecem nos **momentos** (totalidades) do espaço geográfico. A produção/reprodução do espaço capitalista, a partir da reflexão de Silva (1991, p. 24), “se dá segundo as regras dessa lógica e daí não se pode falar em espaço geográfico delimitado, espacializado”.

Assim sendo, o processo produtivo não ocorre nesse espaço delimitado, o qual leva em consideração desde a venda da força de trabalho até a conversão final em mais-valia, mas em múltiplos momentos espaciais que extrapolam fronteiras, o que leva Silva (1991, p. 26) afirmar que “o espaço geográfico ultrapassa territórios, fronteiras e limites convencionais; é heterogêneo, descontínuo e sobreposto”, ou seja, a existência da não-espacialidade do espaço geográfico.

Dessa forma, o espaço transformado pelas inúmeras relações sociais (políticas, econômicas, culturais e ideológicas), produzidas pela sociedade ao longo do tempo faz parte da totalidade relacional quando se refere à ação social. Por ser abstrato em sua essência, o que dificulta sua observação, o espaço pode ser apreendido enquanto matéria, ou seja, como algo concretizado (produzido, consumido e apropriado) no jogo dialético feito pela sociedade em diferentes escalas (horizontais e verticais). Nessa mesma perspectiva, Saquet (2004, p. 140) nos acrescenta que tais relações são responsáveis pela efetivação de uma diversidade de redes o que torna imprescindível à compreensão do conceito de tempo para identificar a dinâmica de tais relações.

Segundo uma abordagem similar a esta – compreensão do espaço enquanto instância social (movimento e processo), Silva (1991, p. 57), evidencia este como produto de articulações “que compõem as instâncias do ser, estar (no) e produzir espaço...” [grifo da autora]. Percebe-se, assim, que o vínculo do espaço com o tempo ocorre por meio das sobreposições e conciliações das diversas ações (eventos) que atuam na modelagem dos objetos segundo as relações de poder estabelecidas pelos diversos segmentos da sociedade.

É nesse sentido que Lencioni (1999, p. 185), fundamentando-se na “era do espaço” de Foucault, compreende que “a análise que considera a determinação do espaço sobre o tempo é vista como uma possibilidade de interpretação importante para a compreensão dos dias atuais”, onde o pós-historicismo não é antítese do historicismo, mas uma mudança qualitativa de interpretação e peso desta nas análises geográficas.

Nos dias atuais coexistem diversas concepções de espaço, variando de acordo com o método utilizado, sendo os mais conhecidos: o espaço social do método dialético; o espaço vivido do método fenomenológico; e, o espaço matricial do método hipotético-dedutivo: Ora concebido como substrato físico das relações humanas; ora como determinante/fator social; ora apenas como reflexo social, num debate interminável, porém frutífero, levado à discussão a superações da epistemologia da ciência geográfica.

Dessas abordagens, a dialética ganha um certo destaque haja vista o fato de que perpassa os limites e generalizações, muitas vezes insólidas, evidenciadas nas demais, ao nos fornecer um aparato mais completo sobre a complexidade inerente as relações sociais, especialmente nesses últimos anos cujo avanço técnico, científico e informacional tem influenciado na evidência de tempos diversos. Tais diversidades de tempos resultam, por sua vez, numa complexidade cada vez maior de espaços. Contudo,

que tempos diversos são estes que influenciam na dinâmica espacial? A que tipos de tempo estamos referindo quando falamos em movimento? Existe uma indissociabilidade entre o binômio espaço e tempo?

### **3. O tempo e seus reflexos no espaço segundo uma perspectiva geográfica**

O que é tempo? Ao debruçarmos sobre nossas pesquisas, nos perguntamos sobre essa dimensão, como conceito, categoria e, evidentemente, como elemento de composição do real. Todavia o que constitui a sua essência não é algo pronto e imediato. Para entender a essência do tempo, e suas diversidades, é preciso percorrer um longo debate.

Chauí (2001) apresenta o tempo como escoamento e critica a imagem freqüentemente usada pela metafísica realista, a qual usa a imagem de um rio como forma de representação. Para ela há dois equívocos nessa imagem: em primeiro lugar por se tratar de uma imagem espacial para referir-se ao que é temporal, ou seja, explicando a essência do tempo (escoamento) usando a essência do espaço (sucessão de pontos) e, em segundo lugar, porque a própria imagem do rio, para representar o tempo, necessita de uma inversão: a nascente como futuro e não como passado como é freqüentemente entendida e a foz como passado porque é água que já passou pelo ponto onde o sujeito está.

Na análise Kantiana duas formas de sensibilidade destacam-se: o espaço e o tempo. A Exposição de tais concepções desdobra-se não na natureza das coisas em si, mas das coisas para o eu (sujeito da perspectiva). Assim podemos falar de tempo e espaço, somente, do ponto de vista humano. Ponderando racionalistas e empíricos, Kant crê que tanto a razão quanto os sentidos são importantes para o conhecimento. Une, portanto, as impressões dos sentidos aos pressupostos da razão para o modo como percebemos o mundo e o representamos.

Kant sublinha tempo e espaço enquanto “formas de sensibilidade” que existem em nossa consciência, anterior a qualquer experiência, implicando isto, que qualquer coisa que experimentamos, são experimentadas como fenômeno no tempo e no espaço, apontando para a incapacidade de desvencilharmo-nos de nossa razão. São, portanto, o tempo como o espaço não atributos do mundo físico, mas, sobretudo, propriedades da nossa consciência, inexistentes fora de nós mesmos e pertencentes por excelência à condição humana. Nesse contexto, a consciência humana não apenas guarda as impressões dos sentidos, mas ela própria representaria o mundo imprimindo-lhe seus referenciais íntimos - sua subjetividade. Esta afirmação consiste no discernimento entre “as coisas em si” e “as coisas para nós”, como elas se mostram a nós. A partir desse pensamento é possível dizer, por exemplo, como tempo e espaço são percebidos pela razão enquanto uma dimensão dela mesma.

Nesse contexto, a lei da causalidade é considerada enquanto uma propriedade da razão humana, como eterna e absoluta, apenas pelo fato de que a razão humana considera tudo o que acontece dentro de uma relação de causa e efeito. Nossos sentidos poderiam ser outros, mas não são. De modo algum deixamos de buscar a causa para os fenômenos, assim como nossa percepção do tempo e do espaço poderiam ser totalmente diversas, mas obedecem as imutáveis leis da causalidade, intrínseca ao próprio homem que sob os óculos da razão está sujeito a limites.

O tempo, assim como o espaço, aparece como primazia do conhecimento, condições sem as quais é impossível conhecer. Todavia, o conhecimento universal não se extingue neles, e o próprio pensamento kantiano, bem como sua aplicação e suas incógnitas, foram mais tarde reconsiderados.

Já para Elias (1998) o tempo comparece como um processo civilizador e, portanto, não existem em si, não é um dado objetivo como sustentava Newton, nem uma estrutura a priori do espírito como queria Kant. O tempo é, para ele, antes de tudo um símbolo social, resultado de um longo processo de aprendizagem.

Ao longo da história o tempo foi tratado apenas como forma de metrificação, conforme evidenciado por Pelbart, (1998). A importância em revisitar essas incursões teórico-filosóficas, estes restos diurnos a refletir o pensamento na edificação de um verdadeiro caleidoscópio conceitual, é o de alcançar, também, uma imagem do passado que se liberte da sucessão de presentes. O tempo não se presta a visualizações e o máximo que podemos ver são datas no calendário sendo, inicialmente definido pelo fluxo de eventos que ocorrem nele, sendo, nesse sentido, movimento. Seguindo este raciocínio, Andrade (1971, p. 183) nos acrescenta que “foi sempre através do movimento que o tempo se revelou ao homem, e

em função do movimento é que foi definido”. De fato, conforme evidenciado ainda por Andrade (1971, p. 184), a lógica de existência do tempo é a evidência de mudança, ou seja, “só conhecemos o tempo quando determinamos o movimento conforme o anterior e posterior (sendo esta divisão) instantes mensuráveis e que cada instante é um agora”.

Contudo, será que tal compreensão é suficiente para atendimento da complexidade inerente a essa variante (o tempo) especialmente se tentarmos associá-la a uma abordagem geográfica cujo nível de complexidade se apresenta mais materializado? Acreditamos que não. De fato, para trabalhar o tempo na Geografia Humana é necessário atentar-se para uma série de questões que podem comparecer no desenvolvimento do trabalho. Em primeiro lugar porque o tempo é apreendido somente de forma indireta e em segundo porque as relações temporais estruturam-se distintamente das relações espaciais. O tempo por nós representado geralmente apresenta-se ordenado, numa única dimensão e direção uma vez que a nossa dimensão (perspectiva) está sempre voltada para identificação das conseqüências temporais produzidas pelos eventos. Desta forma, temos dificuldade de identificar as simultaneidades dos tempos (rápidos e lentos) evidenciadas em um mesmo espaço, ou seja, o tempo da produção espacial, na perspectiva de um indivíduo acaba sendo distinto do tempo observado por outro indivíduo, produzindo, assim, a evidencia das diversidades de interesses sócio-espaciais por parte dos atores sociais.

Percebe-se, assim, que no universo mais amplo da reflexão filosófica, existe um questionamento desta concepção de tempo estabelecido pelos ditames do que denominamos em nossa razão uma vez que o filósofo, inscrevendo-se para além da pluma do cientista o literato, não aceita a imposição de uma única imagem de tempo e nem tampouco, a premissa de que as múltiplas naturezas possíveis do tempo, além da nossa, existiriam apenas em outros mundos. Desde cedo desponta uma outra imagem de tempo, múltipla, descrita em rizoma, ou seja, em pontos que se conectam, sem início ou fim, com quaisquer outros em direções móveis e múltiplas. O rizoma temporal emerge à mente, não sem esforço, afagando nossa imaginação, audaciosamente confrontando as figuras habituais presentes na representação que temos do tempo, tais como a linha, a flecha, o círculo e a espiral.

[...] uma massa de tempo; em lugar de um rio de tempo, um labirinto de tempo. Ou ainda, não mais um círculo de tempo, porém um turbilhão, já não uma ordem de tempo, mas variação infinita, nem mesmo forma de tempo, mas um tempo informal, plástico. Com isto estaríamos mais próximos, sem dúvida, de um tempo da alucinação do que de uma consciência do tempo (PELBART, 1998, p. XXI)

Nessa perspectiva, Chauí (2001) nos adverte que o tempo não é um receptáculo de instantes, não é uma linha de momentos sucessivos, não é a distância entre um agora, um antes e um depois, mas sim, o movimento interno dos entes para reunirem-se consigo mesmos, ou seja, Ser é Tempo. Assim, o tempo é posto como categoria ontológica, pois existimos no tempo e temporalmente. Por sua vez, Braudel (1982), discorre sobre o tempo do historiador e do tempo do sociólogo e nos fornece uma importante contribuição sobre a natureza do tempo de acordo com a aplicação que cada área dá a este conceito. Para ele: o tempo do historiador é duração.

[...] Eis-me de volta ao tempo, à duração. E como historiador incorrigível que sou, assombra-me, uma vez mais, como os sociólogos puderam escapar-lhes. Mas o que acontece é que o seu tempo não é o nosso: é muito menos imperativo, menos concreto também. O historiador nunca se evade do tempo da história: o tempo adere ao seu pensamento com a terra a pá do jardineiro. De fato, as durações que distinguimos são solidárias umas com as outras: não é apenas a duração que é criação do nosso espírito, mas o parcelamento desta duração. Ora, estes fragmentos reúnem-se no fim do nosso trabalho. Longa duração, conjuntura, acontecimento ajustam-se sem dificuldade, posto que todos têm a mesma escala de medida. Por isso mesmo, participar espiritualmente num destes tempos, equivale a participar em todos eles (BRAUDEL, 1982, p. 33).

Segundo Braudel (1982) para o historiador tudo começa e acaba pelo tempo; um tempo matemático e demiurgo sobre o qual seria demasiado fácil ironizar; um tempo que parece exterior aos homens, exógeno, que os impele, os domina e arranca aos seus tempos particulares de diversas cores: o tempo imperioso do mundo. Os sociólogos, entretanto, não aceitam esta noção excessivamente simples. Encontram-se muito mais próximos da dialética da duração tal como apresenta Bachelard. O tempo social é, simplesmente, uma dimensão particular de uma determinada realidade social (tempo complacente). O nosso tempo é medida, afirma Braudel.

As temporalidade de Georges Guivitch são múltiplas. Distingue toda uma série delas: o tempo da longa duração, o tempo da surpresa, o tempo da palpação irregular, o tempo cíclico, o tempo atrasado, o tempo alternadamente atrasado e adiantado, o tempo adiantado em relação a si mesmo, o tempo explosivo. Como poderia um historiador deixar-se convencer? Com esta gama de cores, ser-lhe-ia impossível reconstituir a luz branca, unitária, que lhe é indispensável (BRAUDEL, 1982, p. 36).

É a partir dessa perspectiva que se evidencia os tempos longos e curtos estipulados por Braudel, ou seja, o tempo dos eventos (tempo curto) e o tempo das estruturas (tempo longo). A favor da longa duração e, do entendimento do tempo como duração, como medida, para este autor, a realidade dos fenômenos só pode ser compreendida na análise dos tempos longos.

Já para Abreu (2000), o tempo, assim como o espaço, é um conceito social. Presente, passado e futuro são categorias sociais, por excelência, plenamente cabíveis no quadro de atribuições de qualquer ciência social. Na perspectiva de um tempo construído socialmente é que, desdobra-se o olhar geográfico por hora lançado. Embora intangível diretamente, o tempo pretérito sempre foi parte constitutiva do método geográfico, mesmo sendo negligenciado ao longo da construção epistemológica deste fazer científico, elaborado sob o signo da dualidade entre a impossibilidade do desmembramento tempo-espaço e a afirmação de ser a geografia, por excelência, uma ciência do presente.

ao geógrafo cabia reter do passado apenas aquilo que lhe era essencial para compreender o ‘meios atuais’. Esta seria a única concessão que a geografia ainda fazia à história...Teve início então uma verdadeira ‘ditadura do presente’, que empobreceu bastante nosso conhecimento sobre o passado. Com efeito, como a história não abordava os tempos idos a partir das questões geográficas, acabamos deixando aberta uma lacuna que cabia a nós preencher (ABREU, 2000, p. 3)

Apesar desta exigência de restrição ao presente, a geografia transpôs os limites deste pensamento e elaborou a geografia histórica que se ocuparia de um lugar no passado, permanecendo nele. Entretanto, em decorrência desta tentativa vários problemas podem surgir. Por exemplo: podemos falar de quão ideal o passado pode nos parecer, ou da falível tentativa de obtê-lo totalmente, como nos lembra Abreu (2000), além do cuidado de não explicar o passado apenas por teorias, as quais permitem entendermos o presente, embora seja o presente nossa referência mais íntima e dificilmente nos desprendemos totalmente dele. Por sua vez, se faz necessário contextualizar adequadamente o período selecionado para o estudo, não o fazendo, pode-se retirar uma série de questões que lhes são inerentes. Interpretar o presente como continuação de tempos pretéritos é outra ilusão habitual, este não se estabelece como um cordão de elos ininterruptos, sem descontinuidades até o presente.

Outro fator imprescindível é saber periodizar, lembrando que a seqüência temporal de eventos não implica em causalidade. Finalmente, se faz necessário saber criticar adequadamente as fontes. Nesse sentido, percebemos a dialética inerente a estruturação do tempo resultante das negações provenientes do passar e do durar e do próprio movimento (contínuo e descontínuo) (ANDRADE, 1971). Para a compreensão dessa dialética, não é necessário o reconhecimento da “estrutura do ser como jogo (sic) e equilíbrio de contrários, mas também a procura de um princípio de ordem, unidade, permanência e totalização” (ANDRADE, 1971, p. 443).

É em meio a esta perspectiva que identificamos o eixo norteador que possibilita a constatação da indissociabilidade do espaço-tempo numa perspectiva de movimento não apenas num sentido vertical (diacrônico), mas também em um sentido horizontal (sincrônico). Assim, a compreensão das relações sociais (e suas representações através do território, lugar, paisagem) na apropriação do espaço, são apenas perceptíveis, em sua totalidade, se visualizadas segundo as contradições inerentes a tais concepções. Contudo, no ponto de vista prático (metodológico) como se fundamenta ou se evidencia tais sobreposições? Quais os parâmetros que evidenciam a externalização dessa autodependência?

## **5. Espaço-tempo: uma relação dialética na produção do espaço**

Até o momento, tendo em vista a nossa preocupação em fazer com que o leitor apreenda as principais diferenças evidenciadas na relação espaço e tempo, nos propusemos a analisar separadamente estas concepções, embora vez ou outra fazendo uma prévia de como seria a relação entre as mesmas. Na seqüência, faremos uma abordagem da relação desses conceitos em sua aplicabilidade para a produção do

espaço no sentido de realizar uma breve discussão sobre a relevância da relação desse par dialético na Geografia.

É evidente que existe um número expressivo de autores que tratam da questão do tempo histórico e sua relação com o espaço geográfico. No entanto, de forma esquemática, e talvez por isso simplificada, procuramos enfatizar algumas idéias que bem denotam a pertinência da discussão espaço-tempo na compreensão do espaço geográfico.

No que se refere a essa relação, Santos (1986, p. 205) chama atenção que, “para compreender qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal”. A relação tempo e espaço nos revelará através dos períodos históricos e a organização espacial uma sucessão de sistemas espaciais no qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no decorrer da história. É nesse sentido que o passado torna-se uma das dimensões mais importantes da singularidade. As diferentes temporalidades nos ajudam a expressar o processo de produção e apropriação do espaço atual (ABREU, 1998).

No entanto, o conhecimento de forma substancial da realidade espacial só é possível quando analisamos, em suas especificidades, cada variável do movimento que a recria continuamente. Nesse sentido, a abordagem da relação espaço-tempo sob a perspectiva da Geografia é pertinente, pois a partir do momento em que o espaço é revelado à sociedade que lhe dá forma, desfazem-se as abstrações e neutralidades dos fatores que resultam na configuração espacial ao longo do tempo.

O espaço geográfico impõe um desafio que é o de captá-lo enquanto fato dinâmico, por onde perpassam não somente a individualidade, mas, sobretudo, o cotidiano da coletividade. É pertinente entendê-lo a partir das relações entre tempo e espaço, em que a associação dessas duas dimensões nos possibilita a compreensão da sociedade que produz e se apropria dessas formas concretas.

Para Nicolas (1994):

Cada apropriação do espaço implica uma nova atribuição de coerência, uma nova lógica que adquire conteúdo com um devir social específico, no qual se tecem o individual e o coletivo. (...) transforma-se o espaço ao transformar a sociedade, e em cada uma dessas transformações está envolvida uma atribuição de uma temporalidade particular que é o que vive a sociedade particular a cada momento (NICOLAS, 1994, p. 85).

Partimos do pressuposto que é necessário compreender o espaço não somente como estrutura física, paisagem, mas o espaço do movimento, analisando seus usos e não usos por meio do tempo, suas formas e graus de apropriação pela sociedade para a realização de suas atividades cotidianas uma vez que,

o espaço é local, e ao mesmo tempo através do produto do trabalho e das redes de circulação e comunicação, é mundial. Ele possui um presente que passa muito rápido, que já é passado portanto e tem um devir. Devir que além de ser começo, é também seqüência, e portanto, movimento. Movimento do ser e do vir-a-ser do espaço no tempo e deste no espaço (SAQUET, 2004, p. 108).

Ainda, na perspectiva de Santos (1997), podemos considerar a análise espacial a partir do tempo e suas dimensões, onde: temos o tempo histórico, das sucessões (superação); e, o tempo da simultaneidade, das coexistências. Tais dimensões nos ajudam no sentido analítico da organização espacial. A corroborar tal procedimento, vemos também, na idéia de Santos (1997) que essa análise espacial é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo.

Essas considerações nos alertam para que nos trabalhos que abarcam a relação tempo-espaço, necessariamente, absorvam a teoria já elaborada, o que possibilita um avanço teórico-metodológico na investigação dos fenômenos sócio-espaciais.

## **6. Espaço, Tempo e Movimento:** um esforço de síntese para compreensão da apropriação do espaço.

Como podemos observar, a relação espaço-tempo é essencialmente dialética, fruto de um contexto histórico contínuo e multiescalar em movimento. De fato, tempo e espaço são auto-dependentes e seus reflexos correspondem a dinamicidade das configurações e significado dos objetos ao longo do processo histórico (OLIVEIRA, 1982). Tal movimento, no entanto, não se faz de forma linear uma vez que existe sobrevida e sobreposição dos eventos que dão sentido a sua existência transformando coisas em objetos decorrentes do próprio processo de relação social.

Em suma: nem o tempo, nem o espaço possuem existência independente. A diferença entre um e outro está em que a existência do espaço depende das coisas, dos seres particulares que coexistem temporalizando-se; ao passo que a existência do tempo depende de algo mais genérico, mais constante (ANDRADE, 1971, p. 542)

Nesse contexto, entendemos que o ponto-chave para compreensão dessa relação é levarmos em consideração que a evidência da mesma decorre de uma historicidade (movimento) refletida nas relações sociais materializadas, ao mesmo tempo coexistentes e superadas (a negação do velho pelo novo variando horizontalmente como verticalmente no que se refere a mudança de escala). Tais relações, especialmente nessas últimas décadas, tem se apresentado cada vez mais complexas influenciando na construção de espaços cada vez mais amorfos e provenientes de conexões cada vez mais flexíveis. Nessa mesma perspectiva, Carlos (2001, p. 11 e 12) nos lembra que “na prática socioespacial, esse mundo se revela em suas contradições, em um movimento que aponta a um processo em curso, com base no processo das relações sociais”.

Santos (1997b), conforme já abordado anteriormente, associa os eventos como um importante elemento dessas transformações espaciais uma vez que seu reflexo supera e superpõem os limites do espaço e do tempo sendo simultaneamente diacrônico (sucessivo) e sincrônico (coexistente) em seus dois níveis de existência: local e global. O próprio Santos, busca em Braudel os fundamentos para a identificação dos diferentes tempos que se superpõe e coexistem com o espaço, acrescentando além da existência de tempos longos e curtos, mencionados pelo autor, e por nós em alguns parágrafos precedentes, a evidência também de tempo lento em relação ao tempo rápido (SANTOS, 1997b) cuja interferência não atinge a totalidade do território.

Aprofundando um pouco mais esta reflexão, Haesbaert (2004) nos aponta uma possível contradição inerente das diversas interferências que a relação espaço-tempo produz no processo criação e recriação de territórios: de um lado existiria uma supressão do tempo pelo espaço, decorrente do desenvolvimento técnico e; por outro lado, haveria um encolhimento do espaço pelo tempo (compressão espaço-tempo) fruto de uma relação dialética e contraditória produzida pela relação local-global. Foi nesse sentido que Havey (2003) apresentou um modelo esquemático voltado para explicar a interface dessa relação a partir da interferência do processo de globalização.

Diante do exposto, percebe-se que a relação espaço-tempo é bastante complexa, especialmente pelo fato de que no campo da teoria esta se desenvolveu no “contexto da luta entre o materialismo e o idealismo” (OLIVEIRA, 1982, p. 72). Na perspectiva do idealismo o espaço-tempo é compreendido como “formas subjetivas da percepção condicionadas pela natureza da consciência humana, ou como momentos do desenvolvimento da idéia absoluta” enquanto no campo do materialismo dialético esta relação é entendida “como formas peculiares de existência da matéria em movimento, ou seja, são formas gerais de ser da matéria” (OLIVEIRA, 1982. p. 72 e 92).

Embora entendamos que ambas as abordagens teóricas forneçam subsídios à compreensão da autodependência espaço-tempo, é no materialismo histórico e dialético que acreditamos que se faça presente a complexidade dessa relação. Isso se deve ao fato de que ao se tornar espaço, ser espaço e produzir espaço (SILVA, 1991) a própria sociedade passa a ser condicionada pelas diversas relações e interações decorrentes ao longo do tempo. Dessa forma, acreditamos que o problema decorrente da relação espaço-tempo não se encontra na teoria, mas no método utilizado para se apreender todos os fragmentos provenientes das interações evidenciadas nessa relação.

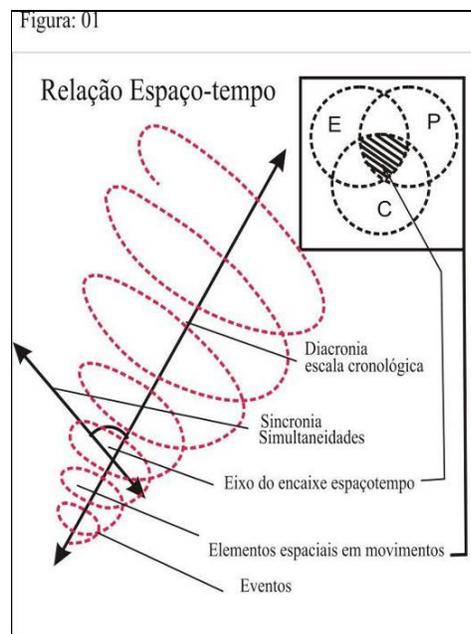
Numa tentativa de minimizar as dificuldades de investigação e compreensão da relação espaço-tempo e sua influência socioespacial, embora não relacionando de forma direta, Saquet (2004) nos fornece algumas perspectivas que subsidiariam a compreensão de tal complexidade. A primeira delas está na compreensão da formação dos territórios decorrentes das relações de poder (social, econômica, política e cultural) evidenciada entre os homens no seu dia-a-dia.

Estas relações são políticas, econômicas e culturais, portanto sociais, que efetivam diferentes redes em um determinado campo de forças. A formação das redes de circulação e de comunicação contribui para o controle do e no espaço; elas agem com elementos mediadores da re-produção do poder da classe hegemônica e interligam o local, o singular, ao global, ao universal, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos ou classes sociais (SAQUET, 2004, p. 140).

Além disso, é também possível se evidenciar uma primeira tentativa de explicar a apropriação do espaço dando uma ênfase ao movimento enquanto elemento-chave para compreensão da complexidade produzida pela relação espaço-tempo, tendo o território como a principal evidência da apropriação espacial influenciada por tempos, os quais, simultaneamente, se superam e coexistem no espaço produzido pelas relações sociais de poder e este, devido a participação mútua de diversos atores sociais, também condicionam, através da técnica e informação, a própria velocidade do tempo (SANTOS, 1997b)

Diante desse quadro de referências, fica perceptível que, mas do que as relações subjetivas é nas contradições e complexidades inerentes das relações sócio-espaciais (econômica, política e cultural) onde melhor se constata o reflexo das mudanças evidenciadas ao longo do tempo e sobrepostas em diversas territorialidades ou multiterritorialidades, conforme mencionado por Haesbaert (2004). Nesse contexto, espaço, tempo e movimento se apresentam como um único corpo (auto-dependente) capaz de explicar a complexidade proveniente das diversas relações de poder simultânea e contínua que explicam todo o processo de produção do espaço, especialmente através da apropriação do mesmo.

Numa tentativa de sistematizar tais concepções, propomos a seguinte esquematização a seguir (Figura 1):



Esta representação evidencia que a relação espaço-tempo (produto das relações sociais) ocorre em dois sentidos contrários (um horizontal – sincrônico – e outro vertical – diacrônico) cujo eixo corresponde ao encaixe espaço e tempo o qual se reproduz (segundo os eventos) numa escala cronológica que apreende os tempos longos e curtos; rápidos e lentos; simultâneos e coexistentes. A compreensão de tal movimento se dá, por sua vez, quando se percebe a interseção das relações sociais evidenciadas em suas conjunturas econômicas, políticas e culturais. Nesse sentido, se torna mais apropriado o uso dos termos (espaço e tempo) de forma conexas, dado a dependência inerente a ambos no que concerne a sua existência. Assim, ao invés do binômio espaço e tempo, ou espaço-tempo, teríamos um único nome (espaçotempo) que corresponderia à complexidade das relações que o produz e se evidenciam nele.

Dessa forma, no âmbito da abordagem geográfica, a complexidade do espaçotempo passa a conter todas as formas de se tentar concretizar o espaço como é o caso da análise do território, da paisagem e do lugar, assim como do próprio espaço enquanto palco de atuação dos atores sociais. Nessa visão metafórica, o tempo fornece as ferramentas (as relações sociais) que são substituídas e utilizadas simultaneamente por diversos escultores. Já o espaço corresponderia a **rocha mater**, que depende do tempo para delinear suas formas. A trajetória da criação da obra corresponde a dinâmica espacial (produto dessas relações de poder) a qual, dependendo do ponto de vista (paisagem, território, lugar, etc.), nos fornece os subsídios necessário para concretizarmos um espaço que, sem isso, só é evidenciado no mundo da abstração.

Não obstante, percebe-se que análise espaçotempo permite a apreensão da totalidade espacial, mesmo esta sendo compartimentada segundo as relações sociais de poder e da própria evolução histórica da sociedade fornecendo, assim, novos horizontes para os estudos geográficos.

Outrossim, se torna possível identificar as diferentes formas de apropriação espacial a exemplo da ocupação (produção e consumo) dos espaços que passa a ter nas categorias de análise (território, lugar, paisagem, etc.) uma forma de materializarmos tais relações provenientes da forma com que a sociedade opta por interagir com a natureza. A descoberta das nuances produzidas (e encobertas) por tais relações são os desafios de paradigma apresentados aos geógrafos, em particular.

Nesse contexto, o espaço geográfico é conotado de uma concepção mais abrangente e desafiadora uma vez que se torna dependente da identificação de como se efetiva as relações sociais na sua produção-reprodução e que ícones são evidenciados na apropriação do espaço segundo essas relações.

## 7. Considerações finais

Embora tenhamos feito um esforço para identificar os principais elementos que se apresentam como elo de ligação da relação espaço e tempo, suas contradições e complementaridades, compreendemos que ainda existe muito a ser analisado. Isso se deve, em parte, ao próprio reconhecimento de nossas limitações quanto a análise de uma temática tão complexa como a que nos propusemos a abordar, assim o fato de que se trata de um tema que demanda um debate pluridisciplinar uma vez que corresponde ao interesse de diversos ramos do conhecimento preocupados em estudar a natureza, a sociedade ou a relação entre ambas.

Contudo, esperamos, com a retomada deste debate, ter provocado os leitores no sentido de estimular, nos mesmos, a necessidade de reconstituição de algumas considerações ainda carentes de um aprofundamento teórico-metodológico, de forma a propiciar novos caminhos que possibilitem construção de fundamentos mais sólidos sobre a influência da relação espaço-tempo no processo de produção, consumo e apropriação espacial.

## 8. Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de. **O Tempo na Geografia Humana**. Palestra proferida nas dependências da FCT/Unesp, 2000.
- \_\_\_\_\_. Sobre a memória das cidades. **Território**. Rio de Janeiro, v. 3, n.4. p. 5-26, jan./jun, 1998.
- ANDRADE, Almir de. **As duas faces do tempo**. Ensaio crítico sobre os fundamentos da filosofia dialética. São Paulo: USP, 1971.
- BRAUDEL, Fernand. **A longa duração**. In. História e Ciências Sociais. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 12ªed. São Paulo: Ática, 2001.
- CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E. *et al.* (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2004.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 12ª. ed. São Paulo, Ed. Loyola, 2003.
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- NICOLAS, Daniel Hiernaux. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo a fragmentação na mundialização. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Adélia A. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Ampur, 1994. p. 85 - 101
- OLIVEIRA, Umbelino de. Espaço e tempo compreensão materialista e dialética. In. SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- PELBART, P. **O Tempo não-reconciliado**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 1998. 198 p.

- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997. (Coleção espaços).
- \_\_\_\_\_. **Natureza do espaço**. Técnica e tempo razão e emoção. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.
- \_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPÓSITO, E. S.; SAQUET, M. A.(Org.) **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 121-147.
- SILVA, Lenyra. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.
- SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Recebido para publicação em 20 de outubro de 2006.

Aceito para publicação em 20 de dezembro de 2006.